



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
SUBCOMITÊ DENÚNCIAS

**RESUMO DA REUNIÃO DO SUBCOMITÊ DE ARTICULAÇÃO
REALIZADA NO DIA 09 DE JUNHO DE 2025 (SEGUNDA-FEIRA) ÀS 15H00**

Participantes Governo: Roberta Cristina Maia (SMDHC)

Participantes Sociedade Civil: Gisele Abreu.

Participantes Organização Social: Beatriz Clemente (Fórum da Cidade)

Convidado: Daniela Santiago (SMDHC), Aglai Viriato, Roseli Kraemer, Hari Kraemer, Cauane, Paola Ricliely, Eduarda (SMDHC), Cris Silva MNPR, Superintendente Inspetor Guilherme, Luciana Braga (...)

Às 15h22min do dia 09 do mês de junho do ano de 2025, Roberta iniciou sua apresentação e como funciona a proposta de Subcomitê de articulação sendo a primeira reunião e a proposta é pensar junto qual será o tema do seminário que está previsto para acontecer esse ano que acredita que será em setembro. Roberta informa que foi votado em reuniões anteriores a banca examinadora do prêmio e que a coordenação PopRua está se organizando para publicar o edital para que as outras pessoas possam se inscrever para serem avaliados. Roberta destaca que se tem uma previsão e referente ao seminário foi voado na reunião de número 125º estava programado para acontecer em 2024 e n]ao ocorreu.

Roberta então questiona se tem algum tema que deseja que fossem anotados na próxima reunião do comitê sobre o seminário e que gostaria de sugestões de temas e que o de 2023 foi de zeladoria urbana e gostaria de um para esse ano para que se pudesse debater dentro do seminário.

Gisele inicia sua fala e a sugestão da mesma é sobre **MORADIA** e que se deve continuar. Aglai informa que na verdade seria sobre as formas de moradia da prefeitura, pois se tem o aluguel social, vilas reencontros e a questão do Pode Entrar que são conveniados com a prefeitura e que se tem a comissão CDHU em relação ao prédio 7 de abril e que ela tem interesse e necessidade dessa resposta e devolutiva.

Gisele retorna e informa sobre Moradia primeiro, e cita a primeira locação social como Asdrubal do Nascimento. Gisele informa que deveria ser valido e que pelo que se tem agora



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
SUBCOMITÊ DENÚNCIAS**

precisa ter fila de espera e pelo que o presidente Luís Inacio Lula da Silva assinou o decreto do MINHA CASA MINHA VIDA, de 3% disponibilizado e pelo que ela está vendo ficará no papel, destaca que decreto tem muitos, mas que a realidade é outra e destaca que acha que deveria ser uma modalidade no qual seria uma locação social. E destaca sobre o perfil de pessoas que estão morando na primeira locação e que está dando certo e gostaria que deva voltar essa modalidade que é a Locação Social e maioria não tinha trabalho, mas que hoje consegue. Gisele Cita o Pode Entrar e que se tem muitos apartamentos, mas que o valor está alto demais e a carta de crédito também, ficar pagando 35 anos não tem como.

Roberta informa que anotou a sugestão da conselheira Gisele Abreu e informa a Aglai que está tentando marcar uma reunião com CDHU e se tem um movimento também do próprio comitê. Informa que chamará uma extraordinária, Gisele detalha que se faz necessário essa reunião para que se expliquem.

Aglai informa que é sabedora que a cada dois anos se tem o plano Pluri Anual e é um fato que esse decreto do presidente pegou muita gente de surpresa e que não será inserido agora para dois anos e será inserido daqui a dois anos e que antes do prefeito sair para campanha ele precisa fazer esse levantamento e que o decreto para sair do papel demora em média dois anos. Aglai informa que cada secretaria tem seu Pluri Anual e destaca que demora. E Aglai informa que se não pegar no pé não se terá um retorno. Aglai destaca que já trabalhou no governo da baixada santista que é pode cobrar e no sentido que possa a ver na devolutiva de acerto daqui a dois anos e no da Minha Casa Minha Vida entrar em processo habitacional.

Roberta relata sobre a conversa com o comitê e não só referente ao decreto, mas também da política e dúvidas que PopRUA tem também.

Roseli inicia sua fala que gostaria de falar para o Seminário que a primeira discussão a ser feira precisa de um **Censo PopRUA**, pois sem ele não tem como definir políticas públicas, segunda pauta é sobre as violências sofridas pela população e a higienismo que estão vivendo hoje em São Paulo.

Paola Richielly fala sobre todos os conselheiros que alguns acompanham o processo de ressocialização e que está falando do estado de minas gerais e gostaria de falar sobre o programa Vila Reencontro e que não há nada a reclamar do programa com ela. Paola destaca que foi de suma importância para ela o programa por ter ajudado a recuperar da



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
SUBCOMITÊ DENÚNCIAS

depressão e acha importante ajudar pessoas que passaram ou estão passando pelo que ela estava passando também e agradece ao comitê PopRua e que enviou ao padre Júlio vídeos de pessoas que foram esquecidas. Paola segue informando que existem pessoas ainda em situação de rua onde ela está que em Belo Horizonte e que por isso são Paulo está de parabéns e agradece a todos os profissionais da proteção especial e social. Paola destaca que se precisa de proposta de São Paulo em atuação em Belo Horizonte.

Aglai informa que é muito triste mesmo, pois em Curitiba ainda se mata pessoas negras e minas gerais não é diferente e que Aécio Nevez que manda tudo e que aqui em São Paulo se tem espaço para reclamar, mas que em Minas não se tem por conta de perseguições.

Roberta destaca que Paola pediu uma fala de agradecimento e antes de dar continuidade ela passará a fala para Gisele Abreu.

Gisele pede para que se volte à pauta, pois, se forem falar de tudo, nada será encaminhado. Ela destaca a necessidade de se levar à pauta a COHAB, a SEHAB e o Programa Pode Entrar, além da situação das pessoas em situação de rua. Considera também apropriado fazer o convite à SEPAS e à Central de Vagas, ressaltando que é necessário um acompanhamento do 156, justamente pela falta de vagas e pelo fato de que mães com crianças não têm prioridade, sendo orientadas a ir para o atendimento emergencial. Ela destaca que essa situação precisa de continuidade.

Com relação ao SEAS, menciona que a população que procura o serviço não pode ser tratada da maneira como está sendo e que, quando alguém fala ou divulga vídeos, esses são retirados da internet. Destaca o caso de um pai com uma criança, que, ao aparecer no comitê PopRua dentro da reunião ordinária, teve sua imagem gravada em vídeos, mas somente a deles, e que isso precisa ser observado, pois configura um descaso e exploração da vulnerabilidade da população. Gisele informa que está sendo constantemente atacada, que estão utilizando pessoas trans e uma outra conselheira, oferecendo empregos para essas pessoas com o objetivo de obter defesa para o assessor da SMADS, o que considera errado. Questiona, então, a pauta do POT. Nicole faz uma fala, e destacam que deveria ter sido direcionada à pessoa mencionada, pois Gisele afirma que não trabalha em secretarias e que estão utilizando a vulnerabilidade de pessoas com promessas de vagas apenas para atingi-la.



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
SUBCOMITÊ DENÚNCIAS

Gisele menciona Alex, destacando falas machistas e que ninguém revidou ou tomou providências, enquanto, quando foi com ela, houve processo. Declara que não se silenciará, nem deixará para lá, e que continuará cobrando os direitos da população, relatando que sofreu violações e que isso não ficará impune. Alega que o que cobra é seu dever, e que a SMADS será, sim, cobrada. Questiona onde está a Saúde da Mulher, que não teve ações efetivas, onde estão os auxílios prometidos, que ficaram apenas no papel, e afirma que não pode se calar, pois trata-se de um orçamento de milhões.

Ela ainda destaca que há espaços dentro das vilas Reencontros, mas que a maioria das pessoas em situação de rua continua nas calçadas. Quando se busca aprovação em políticas públicas, são feitas promessas grandiosas, mas, na prática, a maioria está passando fome. Relata que a vulnerabilidade dessas pessoas está sendo utilizada para autopromoção. Declara que falará, sim, e que enquanto estiver viva, falará por muitos, reforçando a necessidade de união das pessoas em situação de rua para lutar por seus direitos. Destaca ainda a situação de mulheres vítimas de feminicídio, que tiram suas próprias vidas, e que sofrem ataques dentro dos equipamentos. Gisele informa que há mães perdendo seus filhos e que as secretarias, tanto a SMADS quanto a SMDHC, viram as costas para esses casos.

Relata que, quando foi retirada de sua casa, havia várias medidas protetivas em vigor e que esperava que o Estado a protegesse, mas isso não aconteceu. Cita novamente a SEPAS, o 156 e outros órgãos, dizendo que devem responder judicialmente. Questiona onde está a aplicação do decreto que trata sobre acolhimento e escuta, pois, na prática, o que ocorre hoje é apenas disputa por poder e cargos. Questiona como uma única pessoa pode ser responsável por 100 espaços de acolhida. Gisele afirma que é necessário convocar o NDS para prestar esclarecimentos sobre os 17 milhões.

Roberta retorna e informa que está anotando os encaminhamentos, sendo os possíveis: reunião com COHAB, NDS, SMADS, SEAS e SEPAS.

Gisele retoma o tema do POT, detalhando que o tempo precisa ser revisto, pois o modelo atual de dois anos é insuficiente. Argumenta que muitas pessoas que dependem desse auxílio apresentam questões psicológicas, exigindo acompanhamento mais prolongado. Reforça que, na última reunião ordinária, foram repetidas informações já conhecidas e solicita que a secretaria Regina Santana se explique sobre o programa. Aponta que os cursos estão sendo realizados apenas uma vez por semana e que, posteriormente, os participantes



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
SUBCOMITÊ DENÚNCIAS

estão sendo desligados. Menciona que Cris e Kely estão realizando esses desligamentos e que precisam compreender que pessoas em situação de rua podem adoecer ou sofrer recaídas. Afirma que não é em um ou dois anos que se muda uma vida, que não concorda com prazos rígidos, e que é preciso oferecer mais oportunidades, criticando o fato de o POT estar sendo direcionado apenas para serviços como limpeza de praças e vasos.

Paola informa que gostaria de complementar a fala da conselheira Gisele, destacando a questão do auxílio Reencontro Moradia, principalmente em relação ao prazo estabelecido de dois anos dentro do sistema. Ela questiona o que acontecerá com essas pessoas após esse período: se elas retornarão ao processo de acolhimento ou se voltarão à situação de rua. Paola enfatiza esse questionamento, pois é assim que ela mesma se sente em relação ao tema, expressando incômodo com essa possibilidade. Reforça que a luta de Gisele é de suma importância, pois, ao final dos dois anos, não se sabe o que acontecerá com essas pessoas, e essa incerteza precisa ser enfrentada com responsabilidade e comprometimento.

Paola informa que deseja habitação e lutará junto com Gisele.

Aglai detalha que o prazo de dois anos é previsto para a frente de trabalho e para os cursos do POT. Informa que, embora não tenha feito o curso, ficou no Guarujá e conseguiu um cargo comissionado. Afirma que a lei é federal e que se participa quem quiser, ressaltando que o prefeito já estendeu o prazo para três anos porque houve um pedido nesse sentido. Aglai explica que, ao participar do POT, a pessoa realiza cursos como telemarketing ou manicure, com o objetivo de conseguir um emprego com carteira assinada (CLT) após os dois anos. Ressalta que a prefeitura não é cabide de emprego e que o que é possível fazer está de acordo com a regulamentação de número 29 do Conselho Nacional de Assistência Social, que trata da frente de trabalho.

Ela destaca que em Santos o programa recebe o nome de "Fênix", em São Paulo é chamado de POT, e no Guarujá é "Cidade Feliz", sendo que quem iniciou o programa em São Paulo foi Eloísa Arruda, com o propósito de dar voz aos usuários e possibilitar uma chance de reinserção social. Ao ser corrigida por Gisele, que afirma que o programa POT foi implementado por Marta Suplicy, Aglai responde que Gisele precisa estudar e trabalhar na prefeitura para entender sobre o funcionamento do programa. Aglai afirma que não deixará de falar sobre o que existe e o que está no sistema. Destaca que São Paulo é como uma mãe, e que há muitas reclamações, mas que São Paulo está executando ações com recursos



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
SUBCOMITÊ DENÚNCIAS

do governador. Ao falar sobre violência, questiona onde isso ocorre, e declara que não se formará em Direito para atender “pessoa suja e fedida”, afirmando que será advogada criminal e que “bandido não chegará fedendo” ao seu escritório, nem “bandido sujo” será atendido por ela. Aglai finaliza dizendo que quer pessoas limpas em seu escritório, e que o atendimento será conforme tabela da OAB, iniciando com o valor de oito mil reais.

Roseli destaca que nunca se consegue realizar uma reunião efetiva no comitê, pois estas são constantemente interrompidas ou desestruturadas. Ela acredita que os conselheiros deveriam permitir que as reuniões aconteçam de forma adequada e buscar encaminhamentos concretos. Ressalta que, durante os quatro anos em que permaneceu no comitê, foi possível conquistar avanços, mas que desde 2025 não se consegue mais prosseguir com os trabalhos, e afirma que, se houver necessidade de embates, que esses ocorram com consciência política, sem agressões e sem gritarias. Roseli compartilha que está atualmente no aluguel e considera sua situação como ótima, acrescentando que, caso em dois anos não tenha conquistado sua autonomia, terá mais dois anos, afirmando com firmeza que não é verdade que, ao fim do prazo, as pessoas retornarão automaticamente para a rua, classificando essa afirmação como mentira. Destaca ainda a importância da redução de danos e da prática do diálogo, observando que, na última reunião, apesar da presença de representantes do POT, não houve aprofundamento dos temas e as dúvidas não foram esclarecidas.

Giordana, última inscrita, destaca que concorda com as colocações feitas por Gisele, especialmente sobre a importância da redução de danos e da necessidade de oferecer condições adequadas às pessoas. Ressalta que a atual condição não é simplesmente trabalhar dois anos no Programa POT, pois muitos são retirados do programa, ficando sem qualquer suporte ou encaminhamento para empregos. Além disso, nem todos têm acesso às oportunidades; frequentemente, apenas aqueles que fazem “puxação de saco” conseguem alguma chance, o que é injusto, pois acredita que as oportunidades devem ser dadas a todos. Giordana informa ainda que foi deslocada de vários locais para outros, mas sempre lida com as pessoas com humanidade, enquanto observa que aqueles que estão no POT não suportam essa postura. Encerra sua fala.

Em seguida, Aglai comenta que, infelizmente, trata-se de um processo de embranquecimento.



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
SUBCOMITÊ DENÚNCIAS

Por fim, Roberta informa que está encerrando a reunião, registrando os tópicos para serem tratados em uma próxima reunião extraordinária.

ENCAMINHAMENTOS	TEMA
Reunião	COHAB, NDS, SMADS, SEAS e SEPAS.
Seminário	Falar sobre Moradia
Atualização	Censo PopRua
Violência contra PopRua	Higienização/ cadê os PopRua.